

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 4 – ERRATAS**



ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/3/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 581, 583, 584, 586 e 587/2019; Requerimentos n°s 490, 492, 494, 495, 497, 499, 500, 503 a 509, 511 a 516 e 518 a 521/2019; Requerimento Ordinário n° 331/2019 – Proposições Não Recebidas: Requerimentos n°s 502 e 510/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Segurança Pública e de Educação – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário n° 331/2019; deferimento – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marquinho Lemos – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Charles Santos, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Hely Tarquínio, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Fazenda, agradecendo convite para participar de audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais, em 27/3/2019, e justificando sua ausência no referido evento. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Sr. Marco Antônio Vac, apresentando sugestões para salvar todos os represamentos da Vale. (– À Comissão de Minas e Energia e à CPI da Barragem de Brumadinho.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, diretor social do Circolo Trentino di Ouro Fino, manifestando apoio ao Projeto de Lei nº 4.213/2017, que institui o Dia Estadual do Imigrante Italiano. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Sra. Nadine A. N. Capobianco, terapeuta ocupacional, e dos Srs. Elias Antonio Costa Medau e Paulo Henrique Chiste da Silva, fisioterapeutas, parabenizando esta Casa pela tramitação do Projeto de Lei nº 4.229/2017, que institui o Dia Estadual do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional. (– Anexe-se ao referido projeto.)

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 581/2019

Garante aos portadores de Câncer em tratamento Gratuidade do IPVA.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Garante isenção no IPVA – Imposto sobre Veículos Automotivos para pessoas que tenham diagnosticado o câncer, independente de classificação, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Que os portadores de câncer em tratamento, desde que habilitados, tenham direito à gratuidade apenas com a apresentação de laudo médico direito à gratuidade apenas com a apresentação de laudo médico constando o CID –Código Internacional de Doenças e o CRM do médico.

Art. 3º – Cabe ao Detran averiguar a veracidade do documento e conceder carteira especial.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2019.

Deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Justificação: A dor da doença é tão extensa que vai ficando pelo corpo, consumindo a alma e apequenando a pessoa. Uma pessoa doente é alguém tomado de sensibilidade e com pouca defesa. Cabe ao Estado amparar os portadores de câncer, de forma a protegê-los. É necessário e urgente ampliar esta oferta para todos os portadores de câncer. É preciso garantir a estas pessoas uma nova chance, de forma a que venham usufruir uma vida com mais qualidade. Levemos em conta que um doente de câncer tem um gasto absurdo com remédios. O dispêndio é enorme para todo doente, não importando o gênero de câncer ao qual foi acometido. Um operado de câncer, que sofre uma das formas cirúrgicas mais invasivas, muitas das vezes com perda de órgãos, também não seria ele um mutilado? Não dá para discriminar na dor. É preciso urgentemente corrigir esta distorção. E a proteção primeira para o doente é acabar definitivamente com o constrangimento da perícia médica. Imaginem a cena de uma mulher mastectomizada, ferida em sua auto-estima, em sua feminilidade, retirar a blusa e expor a sua "mutilação". É muita dor.

Todas estas pessoas estão amparadas em extensos laudos médicos. E é isso o que este projeto propõe: garantir a todo doente de câncer a isenção do IPVA, apenas com apresentação do laudo com o CRM do médico contendo o CID – Código Internacional de Doenças. Consideramos justo que as doentes de câncer de mama tenham direito à isenção. No Brasil também este tipo de câncer é o mais frequente e o primeiro em causa de morte. Entretanto, é mais do que claro que não pode haver nenhum tipo de diferenciação na dor. Deve ser garantido a todo doente de câncer os mesmos direitos, sem discriminação. É imperioso que se corrija esta omissão já.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 583/2019

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Minas Novas – Afem –, com sede no Município de Minas Novas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Minas Novas – Afem –, com sede no Município de Minas Novas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2019.

Deputado Doutor Jean Freire (PT)

Justificação: A Associação dos Agricultores Familiares Feirantes de Minas Novas – Afem –, com sede no Município de Minas Novas, foi fundada em 14 de outubro de 2013, conforme o art. 1º do seu estatuto. Ainda conforme esse artigo, trata-se de uma entidade sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado. A associação funciona regularmente há mais de um ano, e os membros da sua diretoria são pessoas idôneas, que não recebem nenhuma remuneração pelo exercício do cargo, conforme atesta a Sra. Fátima de Lourdes Martins Almeida, presidente da Câmara Municipal de Minas Novas.

Conforme o art. 2º do seu estatuto, são finalidades da associação: fortalecer a organização dos agricultores feirantes através do apoio ou a assessoria na identificação e busca de soluções para os principais problemas na produção e comercialização de seus produtos, buscando, inclusive, o combate à fome e a à pobreza; desenvolver o fomento e a capacitação de agricultores, estudantes e técnicos na área de agricultura, integrando seus benefícios no mercado de trabalho; elaborar projetos, estimular parcerias, dialogar com os parceiros locais na busca de recursos que visem ao bem comum; melhorar e valorizar as condições de vida dos agricultores feirantes, respeitando sua cultura e meio ambiente; incentivar práticas de proteção ao meio ambiente e produção agroecológica; elaborar e executar projetos de habitação rural; executar serviços de assistência técnica e extensão rural; apoiar atividades culturais e

de organização e fortalecimento de mulheres, comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais; promover atividades de relevância pública e social e promoção de assistência social.

Diante do exposto, e por a referida associação cumprir os requisitos legais, é primordial que este projeto de lei se transforme em lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 584/2019

Dispõe sobre prazo máximo para atendimento de usuários em estabelecimentos nos cartórios públicos no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam os Cartórios Públicos, que operam no âmbito do Estado de Minas Gerais, obrigados a atender cada cliente no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, contados a partir do momento em que ele tenha entrado na fila de atendimento.

Parágrafo único – Para efeito desta lei, entendem-se como Cartórios Públicos:

- I – os Cartórios de Notas;
- II – os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais;
- III – os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- IV – os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- V – os Cartórios de Registro de Imóveis; e
- VI – os Cartórios de Protesto de Títulos.

Art. 2º – Para os fins desta lei, tempo de espera em fila será considerado o tempo transcorrido entre o instante em que o cliente ingressa no interior de Cartório Público, e o instante em que ele venha a ser chamado para atendimento individual em estação de trabalho, mesa de atendimento, guichê de caixa ou atendimento, ou ainda qualquer outro local designado para o atendimento das necessidades do cliente.

Art. 3º – Para comprovação do tempo de espera, o usuário apresentará o bilhete da senha de atendimento, onde constará, impresso mecanicamente, o horário de recebimento da senha e o horário de atendimento.

§ 1º – O Cartório Público que ainda não faz uso do sistema de atendimento disposto no caput, fica obrigado a fazê-lo no prazo definido no regulamento desta lei.

§ 2º – Deverá ser afixado pelo Cartório, em local visível ao público, cartaz indicativo ou informações do tempo máximo para atendimento conforme o previsto nesta lei, bem como seu número e o telefone do .

Art. 4º – Cabe ao Cartório Público implantar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os procedimentos necessários para o cumprimento desta lei.

Art. 5º – As denúncias de descumprimento serão feitas ao Serviço de Proteção ao Consumidor – Procon.

Art. 6º – O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o Cartório infrator à aplicação das seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa de 1.000 (cinco mil) Unidades Fiscais de Referência – UFIRs –, na primeira reincidência;
- III – duplicação do valor da multa, em caso de nova reincidência.

Art. 7º – O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da sua publicação, inclusive nomeando o órgão fiscalizador, para que sua aplicabilidade tenha eficácia jurídica e social.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2019.

Deputado Zé Reis, Vice-Líder do Bloco Liberdade e Progresso e Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (PSD).

Justificação: O presente projeto tem como objetivo a busca por um melhor atendimento aos usuários dos serviços cartorários em todo o Estado de Minas Gerais, detentores da concessão de um serviço público de grande relevância para seus usuários, mas que não vem sendo realizado de forma satisfatória.

Assim como qualquer serviço, o atendimento realizado nos cartórios deveriam levar em conta a sua necessidade por parte de quem o procura, porém, esta não é a realidade vivida pela maioria de seus usuários, que carecem de um atendimento digno e de qualidade.

Atualmente há uma concessão desse serviço público na mão de poucos, o que se torna lucrativo para os detentores. Porém, há uma contrapartida mínima destes prestadores de serviço, ou seja, um serviço prestado com estrutura física inadequada, bem como quantidade de atendentes insuficientes para a demanda existente.

Com a intuito de tornar melhor este serviço público a toda população, encaminho este projeto de lei para apreciação e aprovação dos nobres colegas.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Felipe Attiê. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.426/2016, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 586/2019

Declara de utilidade pública a Associação Casa das Artes, com sede no Município de Caxambu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa das Artes, com sede no Município de Caxambu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2019.

Deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-Vice-Presidente (PSDB).

Justificação: Associação Casa das Artes – ACA, voltada a movimentos artísticos e sociais da região, voltada a estimular práticas musicais e artísticas que contribuam para o desenvolvimento humano em seus aspectos físicos, emocionais e espirituais, levar compreensão da música e da arte em geral, com aplicações para o dia-a-dia das pessoas, visando uma melhoria na qualidade de vida, saúde e formação do indivíduo e da comunidade.

Além disso, apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual solicitamos a aprovação da presente proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 587/2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de dispositivo de segurança nas escolas da rede municipal, estadual e privada de ensino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a obrigatoriedade da instalação de dispositivo de segurança nas escolas da rede municipal, estadual e privada de ensino, o qual deverá acionar a Polícia Militar de Minas Gerais em caso de emergência.

§ 1º – Ao ser instalado o dispositivo a que se refere o *caput*, profissionais especializados deverão comparecer às escolas e ministrar palestras sobre a real importância do dispositivo para alunos e servidores.

§ 2º – O dispositivo a que se refere o *caput* será diretamente ligado às viaturas, destacamentos, centros de operações de segurança, batalhões, regiões integradas de segurança pública, entre outros, através do Sistema Global de Posicionamento – GPS – ou qualquer outro meio de conexão.

§ 3º – Uma vez acionado o dispositivo a que se refere o *caput*, será disparado alerta nas unidades mencionadas no § 1º mais próximas, que se deslocarão até o local em risco para atender a ocorrência.

Art. 2º – As despesas decorrentes da execução do disposto nesta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, caso necessário.

Art. 3º – O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2019.

Douglas Melo, Vice-Líder do Bloco Minas tem História (MDB)

Justificação: Não são raros os casos que envolvem massacres em escolas no Brasil, como foi visto recentemente em Suzano, cidade da Região Metropolitana de São Paulo, na qual uma dupla de jovens adentrou na Escola Estadual Raul Brasil e assassinou oito pessoas, cinco delas adolescentes, alunos do colégio, e três funcionários. Em 2017, dessa vez em uma creche de Janaúba, na região Norte de Minas Gerais, o vigia do Centro Municipal de Educação Infantil Gente Inocente, no Bairro Rio Novo, jogou álcool em crianças e em si mesmo e, em seguida, ateou fogo em todos. Nesse caso, oito crianças e uma professora vieram a falecer, com graves queimaduras em seus corpos.

Em abril de 2011, o País se chocou com o caso que ficou conhecido como “Massacre de Realengo”. Um atirador, ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira, adentrou o estabelecimento de ensino e alvejou 24 crianças, entre 12 e 14 anos, deixando 11 mortos. Essa série de casos leva-nos a constatar o quão baixos são os índices de segurança dos ambientes escolares. Nesse sentido, este projeto de lei tem por objetivo dar às escolas um maior suporte por parte da Polícia Militar, a fim de conter essas ocorrências.

O dispositivo de segurança, uma espécie de "alarme de pânico", deverá ser instalado em todas as escolas estaduais de Minas Gerais, em pontos estratégicos dos estabelecimentos, como sala de professores, diretoria, cantina, secretaria, entre outros. É de suma importância que o aparato de segurança pública esteja presente no ambiente escolar, de forma a garantir maior tranquilidade aos pais e responsáveis, que se encontram receosos com as últimas notícias divulgadas na mídia, com diversas ameaças de ataques a escolas.

Portanto, dada a importância do tema, conclamamos os nobres pares desta Casa de Leis a aprovar esta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Segurança Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 490/2019, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Medeiros pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 492/2019, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Lagamar pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 494/2019, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Guarda-Mor pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 495/2019, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Cedro do Abaeté pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 497/2019, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Formoso pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 499/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Loja Maçônica União de Contagem pelos 43 anos de atuação nesse município. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 500/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Capítulo União de Contagem pelos 23 anos de estabelecimento junto à Loja Maçônica União de Contagem. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 503/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Escritório Regional da Agência Nacional do Petróleo em Belo Horizonte pedido de providências para o combate ao cartel dos preços dos combustíveis praticados em Governador Valadares, devendo essa comissão diligenciar e cobrar a adoção de medidas propostas na representação encaminhada à Agência Nacional do Petróleo, bem como ao Ministério Público Federal, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade – e à Secretaria de Direito Econômico – SDE.

Nº 504/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para reativar o transporte dos professores da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – para o câmpus de Pirapora, tendo em vista que a suspensão desse serviço tem prejudicado o funcionamento regular do curso de pedagogia.

Nº 505/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Grupo de Capoeira Meia Lua pelo transcurso de seu 57º aniversário e pelos serviços prestados à cultura de Minas Gerais. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 506/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Saúde pedido de providências para que sejam disponibilizados, na rede estadual de educação, profissionais de psicologia para o acompanhamento de alunos e professores, a fim de trabalhar questões sociais e emocionais que afetam diretamente o processo de aprendizagem e de convívio escolar, fator diretamente relacionado com a violência e o desenvolvimento social.

Nº 507/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam promovidas ações de caráter educativo, informativo e de orientação com vistas à prevenção da violência doméstica e do feminicídio.

Nº 508/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a sistemática adotada pela secretaria para a doação de veículos aos municípios, o motivo pelo qual os veículos adquiridos pelo governo do Estado estão parados nos pátios da referida secretaria e a data prevista para a referida doação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 509/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que seja realizada a análise da qualidade água que abastece a Escola Frei Rogado, de Betim.

Nº 511/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Governo e de Educação pedido de providências para que regularizem o repasse orçamentário à Fapemig, a fim de possibilitar o pagamento de bolsas e garantir a continuidade de projetos de pesquisa no Estado.

Nº 512/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o atraso dos repasses aos municípios dos recursos destinados à aquisição de medicamentos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 513/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o cronograma para o término das obras em dezenas de unidades básicas de saúde em vários municípios mineiros. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 514/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que faça um cadastramento de ambulâncias do Estado para uso em urgências e emergências.

Nº 515/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o repasse imediato das parcelas em atraso para os Samus de todas as microrregiões que estão na iminência de interromper suas atividades por dificuldade de arcar com o pagamento de pessoal e fornecedores.

Nº 516/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para avaliar o transporte de pacientes de cada município mineiro que precisam submeter-se três vezes por semana a sessões de hemodiálise e tratamento de câncer fora de seu município de origem.

Nº 518/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os agentes socioeducativos que atuaram em ação que impediu, no dia 3/3/2019, a consumação de um motim no Centro Socioeducativo Santa Terezinha, em Belo Horizonte. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 519/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para dar publicidade em meio eletrônico, com antecedência mínima de 48 horas, dos valores de todos os repasses devidos aos municípios, para que os prefeitos consigam programar e cumprir suas obrigações financeiras com mais pontualidade e segurança.

Nº 520/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Wilson Hedy Molinari, de Poços de Caldas, pelos 70 anos de sua fundação. (– À Comissão de Educação.)

Nº 521/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja apurado, com a devida urgência, os danos coletivos causados ao Município de São Gonçalo do Rio Abaixo, derivados do erro da Vale em disparar, por engano, a sirene de alerta de rompimento de barragens nessa localidade, provocando pânico e prejuízos à população.

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 331/2019

Do deputado Betão, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.102/2017, do deputado Isauro Calais.

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 502/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a liberação de recursos financeiros com vistas à conclusão das obras da Escola Estadual Ana Salles, localizada em Juiz de Fora.

Nº 510/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 368/2019, que incorpora a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG – à estrutura da Secretaria de Estado de Saúde – SES.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Segurança Pública e de Educação.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 503/2019, da Comissão de Segurança Pública; 504, 506, 507 e 509/2019, da Comissão de Educação, 511/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, 514 a 516/2019, da Comissão de Saúde, e 519 e 521/2019, da Comissão de Assuntos Municipais. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

de Segurança Pública – aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 26/3/2019, do Projeto de Lei nº 4.464/2017, com a Emenda nº 1, do deputado Leonídio Bouças, e dos Requerimentos nºs 319/2019, da deputada Ione Pinheiro, e 359/2019, do deputado Sargento Rodrigues;

e de Educação – aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 27/3/2019, dos Requerimentos nºs 304/2019, do deputado Raul Belém, 306, 334, 422 e 423/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, e 329 e 365/2019, do deputado Bruno Engler (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 331/2019, do deputado Betão, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.102/2017.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para ordinária de terça-feira, dia 2 de abril, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição de 2/4/2019.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/3/2019

Às 10h17min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista, Doutor Jean Freire e Doutor Paulo, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Alencar da Silveira Jr. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o uso do canabidiol no tratamento de epilepsias de difícil controle. A seguir, comunica o recebimento, em 8/3/2019, de *e-mail* da Sra. Renata Beatriz Faria de Abreu, assessora de Planejamento da Secretaria de Estado de Saúde, encaminhando o relatório detalhado do 3º quadrimestre de 2018 e informando que aguarda o agendamento da audiência pública para a apresentação do referido relatório. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso, diretor-geral da Arsae-MG, publicado no *Diário do Legislativo* em 28/2/2019. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.170/2018 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 182 e 190/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: nº 411, 412, 414, 415, 416 e 426/2019. É recebido pela presidência, submetido à votação e aprovado o Requerimento nº 585/2019, das deputadas Celise Laviola e Ana Paula Siqueira e dos deputados Zé Reis, Charles Santos, Bruno Engler, Guilherme da Cunha e Dalmo Ribeiro Silva, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para debater os Projetos de Lei nºs 367 e 368/2019.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 493/2019, do deputado Doutor Paulo, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que viabilizem o pagamento ao Hospital das Clínicas Samuel Libânio, no Município de Pouso Alegre, dos repasses financeiros derivados de extrapolações devidos desde o ano de 2015;

nº 499/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que restabeleça os convênios para a construção do Hospital do Câncer de Poços de Caldas;

nº 533/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Lei nº 23.137, de 2018, que dispõe sobre o pagamento de indenização aos filhos segregados de pais com hanseníase, submetidos à política de isolamento compulsório no Estado, e respectiva regulamentação, notadamente quanto ao prazo, de 60 dias, para a nomeação dos membros que comporão a comissão de avaliação a que se refere o art. 4º do Decreto nº 47.560, de 2018;

nº 557/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para que suspenda os cortes dos recursos destinados à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, especialmente daqueles vinculados às pesquisas de doenças e epidemias como leishmaniose, malária, esquistossomose e influenza;

nº 576/2019, do deputado Charles Santos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para debater sobre o pé torto congênito, as implicações na vida dos pais e da criança com deficiência e as técnicas utilizadas para o tratamento.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Carolina Doretto, secretária executiva da Federação Brasileira de Epilepsia; Denise Martins Ferreira, presidente da Associação Mineira de Amigos e de Pessoas com Epilepsia; Patricia Cristiane Leal Lopes e Valdênia Medina Sousa, mães de crianças em tratamento; e os Srs. Rodrigo Delmasso, deputado distrital; Leandro Cruz Ramires da Silva, médico mastologista, referência técnica em câncer de mama; Alessandro de Souza Melo, diretor da Vigilância em Medicamentos e Congêneres da Vigilância Sanitária Estadual; Ailton Robson Coelho, especialista em Políticas e Gestão de Saúde da Vigilância Sanitária Estadual; Paulo Tomaz Fleury Teixeira, médico especializado em medicina preventiva e *expert* em terapêutica canabinoide; e André Luiz de Menezes, gerente da Rede Complementar da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. A presidência concede a palavra ao deputado Alencar da Silveira Jr., autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2019.

Carlos Pimenta, presidente – Doutor Wilson Batista – Bráulio Braz.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 14/3/2019

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Sávio Souza Cruz, João Vítor Xavier, Bartô e Bruno Engler. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Junior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater o rompimento da Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, enfatizando suas consequências, as possíveis causas, a tecnologia de construção utilizada, o monitoramento e fiscalização das barragens instaladas no Estado frente à legislação atual e a responsabilização da Vale diante dos prejuízos irreparáveis causados, e a receber e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Andressa de Oliveira Lanchotti, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo – Caoma –, representando o procurador-geral de justiça; Joice Milonas, engenheira civil geotécnica da Vale; Marília Carvalho de Melo, diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam; e Rafaela Baldi Fernandes, diretora de Meio Ambiente do Instituto Brasil; e os Srs. Anderson Silva de Aquilar, secretário adjunto da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, representando o secretário dessa pasta; Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto, subsecretário da Subsecretaria de Regularização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Suram –, representando o secretário dessa pasta; Cel. Willian da Silva Rosa, Comandante da Academia de Bombeiros Militar, representando o comandante-geral dessa corporação; Ten.-Cel. PM Flávio Godinho Pereira, coordenador adjunto da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec; Antônio Augusto Melo Malard, diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF; Renato Teixeira Brandão, presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam; Avimar de Melo Barcelos, prefeito de Brumadinho; Diogo Monteiro, gerente executivo de Planejamento da Vale; Marcelo da Silva Klen, gerente executivo de Excelência Operacional; Joceli Jaison José Andrioli, dirigente nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; e Júlio Cesar Dutra Grillo, ex-superintendente do Ibama. O presidente e o deputado Osvaldo Lopes, coautores do requerimento que deu origem ao debate, fazem suas considerações iniciais. Logo após, o presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que

compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 634/2019, do deputado Noraldino Júnior e do deputado João Vítor Xavier, em que requerem seja encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente pedido de providências para que o Sr. Julio Cesar Dutra Grillo seja reconduzido ao cargo de superintendente regional do Ibama em Minas Gerais, tendo em vista sua reconhecida capacidade técnica na área ambiental, com relevantes serviços prestados como dirigente máximo do instituto no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de março de 2019.

Noraldino Júnior, presidente – Coronel Sandro – Professor Wendel Mesquita.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/3/2019

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Wendel Mesquita, Duarte Bechir, Professor Cleiton e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Wendel Mesquita, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, a elaborar o calendário das atividades relacionadas com as competências da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Juliany de Fátima Sena Reis do Amaral, diretora do Instituto São Rafael; Kethlen Silva de Castro, coordenadora do Movimento Eu Empurro Essa Causa em Belo Horizonte; Maria Juanita Pimenta, consultora técnica da Federação das Apaes de Minas Gerais – Feapaes –, representando o presidente da Feapaes; Terezinha Rocha, do Conselho Estadual de Saúde; Edna Soares Dias, supervisora da Associação dos Surdos de Minas Gerais – ASMG –, representando o presidente da Associação dos Surdos de Minas Gerais; e os Srs. Roberto Carlos Pinto, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conped; Leonardo Flávio de Oliveira, técnico da Seleção Brasileira de Tênis em Cadeiras de Rodas; Marcelo Medeiros Brito, diretor da E. E. Francisco Sales – Instituto de Deficiência da Fala e Audição; Julcemário Prates, ex-atleta de tênis em cadeira de rodas; Cicero Augusto Alves da Silva, advogado do Instituto Mano Down, representando o presidente do Instituto Mano Down. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados Professor Cleiton e Duarte Bechir, autores do requerimento, para que também teçam suas considerações. Retira-se do recinto o deputado Professor Wendel Mesquita e assume a presidência o deputado Duarte Bechir. A seguir, a presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 684/2019, dos deputados Professor Wendel Mesquita, Duarte Bechir, Zé Guilherme e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o trabalho desenvolvido pelas Apaes, tendo em vista a comemoração do Dia Estadual das Apaes, em 25 de março;

nº 685/2019, dos deputados Professor Wendel Mesquita, Duarte Bechir, Zé Guilherme e Professor Cleiton, em que requerem seja realiza visita ao Tribunal de Justiça do Estado para discutir a implantação de uma unidade do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc – na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e

nº 688/2019, dos deputados Professor Wendel Mesquita, Duarte Bechir, Zé Guilherme e Professor Cleiton, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a importância da valorização do braille, tendo em vista a comemoração do Dia Nacional do Sistema Braille, em 8 de abril.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2019.

Duarte Bechir, presidente – Professor Cleiton – Zé Guilherme.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/3/2019

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Cássio Soares e André Quintão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Hely Tarquínio, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, convidando os membros da Comissão de Participação Popular para a audiência pública conjunta das comissões de Constituição e Justiça, Administração Pública, Fiscalização Financeira e Orçamentária e Saúde. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Wagner Fernandes Miguel, procurador-geral da Prefeitura Municipal de Ibitité, publicado no *Diário do Legislativo* em 14/3/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 657/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação atual e os desafios enfrentados pela enfermagem, tendo em vista o Dia Nacional de Valorização da Enfermagem, comemorado anualmente no dia 17 de maio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente – Cássio Soares – André Quintão.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/3/2019

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Léo Portela, Celinho Sintrocel e Cleitinho Azevedo, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Virgílio Guimarães e Fernando Pacheco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* dos Srs. Valdir Filho, de Belo Horizonte, apresentando os informes da Comissão Organizadora da mobilização “Chega de mortes no Gombô”; Alexandre de Souza Melo, de Guanhães, apresentando o projeto de planejamento, orçamento e execução das licitações para projetos de 56 rodovias a serem construídas e reformadas no Estado; e Rafael, de Diamantina, apresentado questionamentos sobre a MG-229, que liga Dom Joaquim a Senhora do Porto. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 228, 235 e

241/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 12 a 25, 27 a 30, 43, 44, 46, 143, 156 e 563/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 656/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a CPI da BHTrans, que está sendo realizada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte; e

nº 682/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater o preço da tarifa de pedágio no trecho da BR-135 concedido à empresa Eco135.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 610/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para a implantação de redutores de velocidade e de sinalização horizontal de solo nas proximidades do trevo da Rodovia MG-459, que dá acesso ao Município de Monte Sião;

nº 618/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para que sejam dedicados esforços à fiscalização dos veículos de transporte rodoviário de passageiros que fazem o trajeto Belo Horizonte-Poços de Caldas, diante das inúmeras denúncias de seus usuários relativas a reiteradas irregularidades quanto ao estado de conservação dos veículos, seu conforto e higiene;

nº 658/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de informações sobre a MG-167, que liga os Municípios de Varginha a Três Pontas, em que se esclareça se já existe projeto de restauração e construção da terceira via em pontos de aclives e qual o prazo para o início das obras; e

nº 659/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de informações sobre a MG-167, que liga os Municípios de Varginha e Três Pontas, especificando se já existe projeto de restauração e construção da terceira via em pontos de aclives e qual o prazo para o início das obras.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2019.

Léo Portela, presidente – Professor Irineu – Celinho Sintrocel – Cleitinho Azevedo – Neilando Pimenta.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/3/2019

Às 16h3min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Thiago Cota, Glaycon Franco e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. José Rosendo Ambrósio de Medeiros, prefeito de Lajinha, publicado no *Diário do Legislativo* em 14/3/2019. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 222/2019 (registra-se o voto contrário da deputada Laura Serrano).

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 462, 463, 465 e 466/2019, dos deputados Thiago Cota e Glaycon Franco; e 483 e 547/2019, do deputado Thiago Cota.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 602/2019, do deputado Thiago Cota, em que requer seja realizada audiência pública para debater a prática da suinocultura no Estado, em especial na região do Vale do Piranga;

nº 686/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a falta de repasse do subsídio mensal do Estado à Cooperativa de Consumo dos Servidores do DEER-MG – Coopeder;

nº 689/2019, do deputado Braulio Braz, em que requer seja realizada audiência pública para debater os reflexos da possível redução ou da paralisação das atividades da fábrica da Mercedes-Benz em Juiz de Fora, na Zona da Mata e em todo o Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2019.

Thiago Cota, presidente – Virgílio Guimarães – Laura Serrano.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019

Às 9h4min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e o deputado Fernando Pacheco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Laécio Neris de Almeida, presidente da Câmara Municipal de Louveira (SP). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 26 a 36/2019, 80, 82, 151, 175, 179 e 251/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 417/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o prefeito de Itajubá pelos 200 anos desse município;

nº 418/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Fazenda e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja publicada no diário oficial do Estado a situação credora dos municípios com relação aos repasses do ICMS, do Fundeb, da Saúde, do IPVA, da assistência social e de outras verbas dos municípios retidas pelo Poder Executivo;

nº 419/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações substanciadas nas resoluções, decisões e atas do Comitê de Acompanhamento de Fluxo Financeiro, instituído por meio do Decreto nº 47.296, de 2017, desde o dia 27/11/2017 até o dia 26/2/2019;

nº 420/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os nomes dos membros que compuseram o Comitê de Acompanhamento de Fluxo Financeiro, instituído por meio do Decreto nº 47.296, de 2017, desde o dia 27/11/2017 até o dia 26/2/2019;

nº 421/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer sejam encaminhadas ao governador do Estado as notas taquigráficas da 2º Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, que teve por finalidade debater os repasses financeiros obrigatórios, pelo Estado, aos municípios mineiros;

nº 422/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que revogue o Decreto nº 47.296, de 2017, que criou o Comitê de Acompanhamento de Fluxo Financeiro;

nº 423/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as disposições repassadas pelo governo do Estado ou pelo Comitê de Acompanhamento de Fluxo Financeiro, instituído por meio do Decreto nº 47.296, de 2017, ao Banco do Brasil, instituição financeira oficial responsável pela centralização e repasse dos recursos financeiros destinados aos municípios;

nº 520/2019, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Lei nº 22.381, de 2016, que dispõe sobre a política estadual de diversificação produtiva dos municípios mineradores e dá outras providências;

nº 636/2019, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o cronograma de repasses, pelo Estado, dos recursos públicos devidos aos municípios referentes ao exercício de 2019;

nº 664/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – pedido de providências para a disponibilização de novas linhas de crédito que possibilitem aos municípios a realização de investimentos em obras de pavimentação em estradas rurais, já que as linhas de crédito disponíveis contemplam apenas investimentos em vias urbanas, não expressando as principais demandas das cidades; e

nº 736/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que a Advocacia-Geral do Estado – AGE – apresente solução para que os municípios possam quitar compromissos de 2018 do Fundeb com recursos repassados em 2019.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2019.

Rosângela Reis, presidente – Marquinho Lemos – Fernando Pacheco.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha e Andréia de Jesus e os deputados Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Ana Paula Siqueira. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cristina Fontes Araujo Viana, assessora de gabinete da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando a secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ana Cláudia da Silva Alexandre, defensora pública da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG; Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Célia Xakriabá, coordenadora de Educação Escolar Indígena da Diretoria de Temáticas Especiais da Secretaria de Estado de Educação – SEE; Makota Célia Gonçalves,

coordenadora-geral do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira; e os Srs. Diego de Oliveira Silva, defensor público da União; Aderval Costa Filho, professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG; Luiz Tarcizio Gonzaga de Oliveira, da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, representando o coordenador de Inclusão e Mobilização Sociais do MPMG; Arnaldo Lula Godoy, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH; Edvaldo Ferreira Lopes, coordenador da Comissão Pastoral da Terra Minas Gerais; Braulino Caetano dos Santos, diretor financeiro do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas; Edmundo Antônio Dias Netto Junior, procurador da República; Jesus Rosário Araújo, presidente da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'Golo; e Thiago Augusto Campos Horta, subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania. A presidência, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2019.

Leninha, presidente – Bruno Engler – Andréia de Jesus.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 103, 107, 108, 111, 120, 122, 124, 125, 155, 160, (registra-se, nesse momento, a presença do deputado Coronel Sandro), 176, 226 e 242/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se, nesse momento, a presença do deputado Bartô. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 638/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a paralisação do Programa Valores de Minas, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação, tendo em vista que as aulas estavam previstas para começarem no dia 7/2/2019 e, por falta de repasse dos recursos fundamentais para a manutenção do programa, ele se encontra suspenso;

nº 643/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de segurança das escolas estaduais e suas comunidades escolares, com a convocação da Sra. Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, tendo em vista a decisão do governo do Estado de encerrar o contrato com a TBI Segurança, empresa responsável pela vigilância de 191 escolas e 10 superintendências regionais de ensino;

nº 649/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizado debate público sobre a elaboração da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação;

nº 650/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater e avaliar o cumprimento do Plano Estadual de Educação – PEE –, instituído pela Lei nº 23.197, de 23 de dezembro de 2018;

nº 660/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da educação indígena no Estado;

nº 679/2019, do deputado Léo Portela, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam consideradas, para fins de concorrência ao cargo de diretor de escola estadual, as certificações de 2014, 2015 e 2018, ou que seja retirada essa exigência da próxima resolução de 2019 para o referido processo de eleição;

nº 680/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a suspensão da decisão que prevê o encerramento do contrato com a empresa de vigilância privada que realiza a segurança de nossas escolas;

nº 683/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que sejam realizados os repasses à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, de forma integral, dos recursos financeiros previstos na Lei Orçamentária Anual de 2019, no total de R\$297.323.543, e para que divulgue a previsão dos repasses mensais para essa fundação;

nº 747/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o programa PlugMinas e as possibilidades de continuidade de sua manutenção pelo governo do Estado.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os seguintes cidadãos: os Srs. Evandro de Faria, diretor da Escola Estadual Doutor Teobaldo Tollendal; Carlos Eduardo Costa Pinto, professor de história da Escola Estadual Doutor Teobaldo Tollendal; Caíque Belchior, participante do Programa Valores de Minas; Carlos Eduardo Paixão e Flávio Alberto do Nascimento, representantes dos vigilantes na educação e saúde. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente – Professor Cleiton – Bartô.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Professor Cleiton e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as políticas voltadas à atenção e inclusão das pessoas com síndrome de Down, tendo em vista as atividades da Semana Estadual da Síndrome de Down, promovida durante a semana em que incidir o dia 21/3/2019. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Michelly Siqueira, assessora jurídica do Senador da República Carlos Viana; Darlene Lobo, gestora do Programa Talento Apoiado do Instituto Mano Down; Patricia Spadano, coordenadora de recursos humanos da MRV Engenharia; Flávia Henriques de Gusmão, coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas; Patricia Siqueira Silveira, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais – SRTE-MG; Luzia Paulina Silva Zolini, presidente da Família Down; Juliana Noronha Santiago, coordenadora de recursos humanos da Telefônica Vivo; Natália Costa, da Diretoria do Censa Betim; e Clara Bicalho, Analista de recursos humanos da MRV Engenharia; e os Srs. Gustavo Henrique de Castro Ferreira, fundador do Grupo Semeando o Bem; Leonardo Gontijo Vieira Gomes, presidente do Instituto Mano Down; Ricardo Diniz, gerente de Relações Institucionais da Vivo; Raphael Rocha Lafeta, diretor executivo da MRV Engenharia; e José Nilton Rodrigues, membro do Melhora Neves. O presidente, na condição de autor do requerimento, tece suas

considerações iniciais e passa a palavra aos deputados Professor Cleiton e Duarte Bechir para que procedam da mesma forma. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 753/2019, dos deputados Duarte Bechir e Professor Cleiton, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio à Sra. Priscilla Gaspar, secretária nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por sua afirmação, em entrevista à *Folha de São Paulo*, de que seria um privilégio isentar de impostos pessoas com deficiência na compra de veículos novos;

nº 754/2019, dos deputados Duarte Bechir, Professor Cleiton e Zé Guilherme, em que requerem seja encaminhado ao presidente desta Casa pedido de providências para incentivar e garantir a contratação de trabalhadores com deficiência para atuarem nos gabinetes parlamentares.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2019.

Duarte Bechir, presidente – Professor Cleiton – Doutor Paulo – Zé Guilherme.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho Sintrocel, Betão e Ulysses Gomes (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Nely Aquino, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, solicitando providências dessa casa em relação ao desastre ambiental da Mineradora Vale do Rio Doce, em Brumadinho, e para a criação de um canal de comunicação para que funcionários da mineradora possam se pronunciar a respeito das condições de trabalho e da infraestrutura das minas e barragens. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.578 (redistribuição), no 1º turno, e 946/2015 (redistribuição) e 424/2019, ambos em turno único (deputado André Quintão); 601/2015 (redistribuição), em turno único, 4.673/2017, no 1º turno, e 357/2019, em turno único (deputado Celinho Sintrocel); 5.370/2018 e 422 e 423/2019, todos em turno único (deputada Marília Campos). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 5.485/2018 (relator: deputado André Quintão), que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 565/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg – pedido de providências para que sejam abertas negociações com vistas à superação do impasse e ao fim da greve da Associação dos Servidores da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Asjuc;

nº 757/2019, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater as demissões de empregados da empresa Minas Gerais Administração e Serviços S. A. – MGS;

nº 758/2019, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do fechamento do Centro Mineiro de Resíduos Sólidos na inclusão produtiva dos catadores de materiais recicláveis.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2019.

André Quintão, presidente – Ana Paula Siqueira.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019

Às 15h43min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha e Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 665/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos das violações de direitos humanos nos municípios afetados pelas atividades minerárias e a atuação da Fundação Renova nesses municípios;

nº 666/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes das atividades minerárias no Município de Barão de Cocais e região, bem como as reiteradas violações de direitos humanos dos atingidos pela mineração nesses municípios;

nº 769/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, aos secretários de Estado de Governo, de Planejamento e Gestão e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre quem mediará os conflitos envolvendo os povos e comunidades tradicionais do Estado, haja vista a inoperância da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários, instituída pelo Decreto com Numeração Especial nº 203, de 1º/7/2015 (emendado pelo deputado Bruno Engler.);

nº 770/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de informações sobre quem executará os procedimentos de identificação, discriminação, delimitação, arrecadação e titulação dos territórios tradicionalmente ocupados de povos e comunidades tradicionais, bem como da regularização fundiária específica para esses povos;

nº 771/2019, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para a continuidade de celebração dos termos de compromisso com unidades de conservação inseridas em territórios de povos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais;

nº 772/2019, da deputada Leninha e do deputado Coronel Sandro, em que requerem seja realizada visita às aldeias Pradinho e Água Boa, nos Municípios de Bertópolis e Santa Helena de Minas, para verificar *in loco* a situação dos índios maxacalis nessas localidades sob a perspectiva da garantia dos direitos humanos dos povos indígenas no Estado;

nº 773/2019, das deputada Ana Paula Siqueira e Leninha, em que requerem seja realizada audiência pública, para debater, sob a perspectiva da proteção e promoção dos direitos humanos, a situação dos povos ciganos e circenses, inclusive no que se refere ao tratamento dispensado pelas administrações municipais a essas comunidades em todo Estado;

nº 774/2019, das deputadas Andréia de Jesus e Leninha, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja disponibilizada, com urgência e em caráter permanente, uma ambulância para atendimento no posto de saúde localizado na área da comunidade quilombola de Marinos, em Brumadinho, tendo em vista que os moradores da região se encontram isolados e sem acesso a serviços públicos essenciais em razão do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale no município, bem como para que sejam envidados esforços para a instalação imediata de torres e antenas de transmissão de sinal de telefonia até essa localidade, de forma a possibilitar a inteira utilização do serviço de saúde pela população.

nº 775/2019, das deputada Leninha e Andréia de Jesus, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para fortalecer e incrementar o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos de Minas Gerais – PPDDH-MG –, inclusive por meio da destinação dos recursos orçamentários necessários à completa execução das ações previstas para o mencionado projeto no Estado, de modo a propiciar a integral proteção das pessoas assistidas;

nº 776/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja aberto Inquérito administrativo para investigar o tenente da Polícia Militar de Passos acusado de um grave crime ambiental de envenenamento de, pelo menos, sete cães e três gatos no município, fato que foi registrado em câmeras de monitoramento.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2019.

Andréia de Jesus, presidente – Betão.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/3/2019

Às 16h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bartô, Douglas Melo e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bartô, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 436 e 2.253/2015 (ambos em virtude de redistribuição), no 1º turno (deputado Elismar Prado). O presidente avoca a si a relatoria da visita ocorrida em 15/3/2019 às instituições financeiras do entorno da Rua Espírito Santo, no centro de Belo Horizonte. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 621/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para que sejam criados mecanismos para a suspensão do credenciamento das empresas de transporte de passageiros de coletivos urbano e intermunicipal que têm dado causa a reiteradas denúncias de seus usuários devido à imprudência dos motoristas, mau estado de conservação dos veículos, falta de conforto e de limpeza;

nº 756/2019, do deputado Bartô, em que requer seja realizada audiência pública para debater o direito do consumidor quanto aos aplicativos de mobilidade;

nº 759/2019, do deputado Douglas Melo, em que requer seja realizada audiência pública para debater os valores que serão aplicados nas praças de pedágio na Concessão Setop nº 004/2018;

nº 760/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para que viabilize mecanismos de suspensão do credenciamento de empresas fabricantes de placas de veículos denunciadas aos órgãos de defesa do consumidor por abuso de cobrança excessiva no fornecimento de placas.

Em seguida, é aprovado relatório de visita às instituições bancárias localizadas na Rua Espírito Santo, entre os quarteirões da Rua dos Goitacazes e Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte, para pesquisar junto aos cidadãos como estão as atividades desempenhadas por essas instituições, o qual segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2019.

Bartô, presidente – Cleitinho Azevedo – Elismar Prado – Douglas Melo.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Finalidade: ouvir os cidadãos sobre as atividades desempenhadas pelas instituições financeiras do centro de Belo Horizonte.

Local visitado: Bairro Centro de Belo Horizonte.

Apresentação

Atendendo-se ao Requerimento em Comissão nº 611/2019, do deputado Bartô, a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte visitou, em 15/3/2019, às 10h30min, o Bairro Centro, em Belo Horizonte, mais precisamente a Rua Espírito Santo, entre os quarteirões da Rua dos Goitacazes e a Avenida Afonso Pena, para ouvir os cidadãos sobre as atividades desempenhadas pelas instituições financeiras.

Participaram da visita o deputado Bartô, acompanhado do gerente do Procon Assembleia, Gilberto Dias de Souza.

Relato

Considerando que o dia 15/3/2019 é a data em que se comemora o Dia Mundial do Consumidor, o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, deputado Bartô, esteve no Centro de Belo Horizonte no intuito de conversar com clientes de bancos e de financeiras.

Segundo o deputado, os consumidores devem aprender a se proteger, sem tanta necessidade de leis ou regulações estatais. Em suas palavras “o consumidor tem que entender que ele é o todo-poderoso, que ele é rei do mercado. Ele pode determinar quais empresas vão ficar abertas e quais serão fechadas. Basta escolher bem e boicotar aquelas que geram problemas.”

A ação da comissão começou em um quarteirão da Rua Espírito Santo que reúne diversas agências de bancos públicos e privados, além de pequenas financeiras que “laçam” as pessoas na calçada, oferecendo empréstimos sem consulta aos cadastros de proteção ao crédito.

A participação da comissão se deu no intuito de conscientizar as pessoas, que devem estar vigilantes para não serem enganadas, mas que não podem esperar que somente o Estado as proteja. Formar essa consciência no consumidor é o novo desafio da comissão.

Com efeito, na linha de pensamento exposta pelo presidente da comissão, como frisou nas abordagens à população, o excesso de regulamentação, de normas e fiscalizações acaba por dificultar a entrada de novas empresas no mercado. Em conversas

com o cidadão nas ruas, o deputado alertou que “se os juros estão altos, será que não é por que eu tenho poucos bancos para escolher, poucos bancos dominando o mercado?”

Alguns relatos colhidos pela comissão foram importantes para orientar os trabalhos parlamentares posteriores.

A título exemplificativo, mencione-se a situação da Sra. Irmers Lopes Criscoto, que já recorreu a empréstimos consignados, mas sabe que eles prejudicam as finanças do consumidor. Advertiu ela: “Empréstimo é um horror, você toma seis mil e paga seis milhões, descontados direto do seu salário. Mas, às vezes, a gente precisa, não tem jeito.”

Bastante cauteloso, o guia turístico Marcos Rocha contou que contraiu empréstimo bancário apenas uma vez, para comprar um carro, e deu um jeito de pagar antes do prazo previsto, para fugir dos juros. Ele garante que tem pavor de empréstimos, até porque conhece “um monte de gente endividada”, que perdeu totalmente a paz de viver. Trata-se de um cidadão com um maior grau de instrução, o que acabou se revelando raro entre os outros abordados.

Em frente ao Banco do Brasil, um senhor aposentado, que não quis se identificar, admitiu estar em situação difícil por ter contraído vários empréstimos a juros muito altos. Segundo ele, “a Crefisa toma o meu dinheiro pra financiar o Palmeiras, e eu fico passando fome”.

O gerente do Procon Assembleia, Gilberto Dias de Souza, que acompanhou a atividade da comissão, explicou que muitas instituições financeiras não respeitam a média de juros estabelecida pelo Banco Central, que fica entre 6 e 7% ao ano, para empréstimos pessoais. Segundo ele, todo cuidado é pouco, e a pessoa tem que procurar saber exatamente qual é o juro que será pago em determinado empréstimo.

Conclusão

Ao final da visita, o deputado Bartô reforçou o apoio e a disponibilidade da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte a todos os belo-horizontinos, além dos demais cidadãos mineiros, reiterando o reconhecimento do consumidor como o “rei do mercado” e da comissão como auxiliar nas orientações e mobilizações de boicote contra as empresas campeãs de reclamações no Procon. A comissão cumpriu a finalidade da visita, verificando a realidade do povo diante das instituições financeiras.

Sala das Comissões, 20 de março de 2019.

Deputado Bartô, relator.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/3/2019

Às 11h15min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Delegada Sheila e Ana Paula Siqueira e o deputado Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Delegada Sheila, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a incorporação da Subsecretaria de Políticas Sobre Drogas pela Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade, prevista na reforma administrativa do governo estadual. A presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.807/2017, em turno único, do qual avocou a si a relatoria. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento:

nº 653/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o papel das comunidades terapêuticas na recuperação dos dependentes químicos e comemorar os 50 anos da instalação da primeira comunidade terapêutica no Brasil.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Fabiane Alessandra Rodrigues Oliveira, superintendente de Políticas sobre Drogas; Gleyviane Freire Diniz, superintendente de Gestão de Unidades de Prevenção à Criminalidade e Parceria, representando a subsecretária de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública; Patricia Magalhães Rocha, coordenadora de Ações Integradas e Políticas Sobre Drogas do gabinete do deputado federal Eros Biondine; Dilma Seabra de Abreu Rocha, conselheira estadual de Políticas sobre Drogas da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Minas Gerais; e os Srs. Aloísio Andrade, presidente do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas – Conead; Cloves Eduardo Benevides, secretário de Estado de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas de Pernambuco; Belisário Gomes Pena, representante da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas – Febract; Jânio Luiz de Miranda, presidente da Abraço; Marcos Antônio dos Santos, vereador da Câmara Municipal de Jaboticatubas; Diego Aguiar, presidente da Associação das Comunidades Terapêuticas de Minas Gerais; Charles Evangelista, deputado federal. A presidência concede a palavra à deputada Ana Paula Siqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 808/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada visita ao secretário de Estado de Governo, com a participação de entidades da Rede Complementar de Suporte Social, para conhecer a proposta do governo do Estado relativa às políticas sobre drogas;

nº 809/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a dotação orçamentária prevista para a futura Superintendência de Políticas sobre Drogas, e se tal valor será suficiente para garantir a execução de todas as ações realizadas até então pela Subsecretaria de Políticas sobre Drogas;

nº 810/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer sejam encaminhadas ao governador do Estado, para conhecimento, as notas taquigráficas da 4ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater a transformação da Subsecretaria de Políticas Sobre Drogas em Superintendência vinculada à Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade e Políticas sobre Drogas, prevista na reforma administrativa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, comunica que, a partir da próxima semana, as reuniões ordinárias da comissão serão realizadas às quartas-feiras, às 10 horas, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2019.

Delegada Sheila, presidente – Ana Paula Siqueira – Cássio Soares.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/3/2019

Às 11h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Walisson Soares, encaminhado pelo portal Fale com as Comissões, solicitando que esta Comissão realize uma visita às instalações do 13º BPM, pois o alojamento e o vestiário estão precários, não existe local adequado para troca de roupas e para higiene pessoal e o número de banheiros é reduzido.

O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.143/2015 e 3.276/2016, no 1º turno, e 3.164/2015, em turno único (deputado João Leite), 4.464/2017, em turno único (deputado João Magalhães), 949/2015, no 1º turno (deputado Léo Portela), 4.813/2017, no 1º turno (deputado Sargento Rodrigues).

Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 229/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 672/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Corregedoria-Geral do Estado, à Ouvidoria-Geral do Estado e ao Núcleo de Correição Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis face à ocorrência de perseguição e assédio moral em desfavor de Raquel Nascimento Silva, psicóloga no Centro Socioeducativo Santa Terezinha, localizado no Bairro Horto, em Belo Horizonte, uma vez que, conforme relatos da psicóloga, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de analista executivo da Defesa Social, por exercer sua atividade na vaga inclusiva para PCD/visão monocular é submetida a diversas interpelações e questionamentos por parte dos respectivos diretores da unidade e colegas da equipe técnica, ressaltando que, por três anos consecutivos, passou por três avaliações pela equipe de perícia médica do Estado, a qual concluiu, positivamente, pela compatibilidade entre a deficiência congênita que possui e o cargo/função que executa e que duas analistas executivas da Defesa Social, em específico, lideram o restante dos servidores, no que tange ao trato desrespeitoso para com ela, esclarecendo que se trata de Gabriela Mendes, enfermeira e atual diretora de atendimento, e Márcia Galvão, analista jurídica, que se referem à denunciante como louca, esquizofrênica paranoide, delirante, persecutória e cismada, com o que compactua o restante da equipe técnica; além disso, ambas intensificam a gravidade das discussões técnicas e os impasses para que os casos nos quais a denunciante é responsável técnica obtenham desvantagem no andamento processual;

nº 693/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas a disponibilizar uma unidade de base móvel para a companhia que serve à Comarca de Matias Barbosa para o melhor atendimento da população e a manutenção da segurança pública local.

nº 778/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à prefeitura de Barbacena pedido de providências para que sejam nomeados, de imediato, os candidatos aprovados no concurso público, Edital 2/2015, realizado para provimento dos cargos públicos de Guarda Municipal, ressaltando-se que 14 candidatos foram aprovados no certame homologado em 6/6/2016 e estão devidamente preparados para assumir suas funções em benefício da sociedade local.

nº 785/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Magalhães, em que requerem seja realizada audiência pública no saguão do Palácio Tiradentes – Cidade Administrativa – para debater a gravidade da situação a que estão submetidos os servidores da segurança pública do Estado, notadamente quanto à ausência de recomposição das perdas inflacionárias dos últimos quatro anos e o parcelamento dos salários há três anos e um mês, o que vem acarretando grave situação de endividamento de suas famílias, afetando inclusive a saúde desses profissionais.

nº 797/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Magalhães, em que requerem seja realizada visita ao governador do Estado para tratar da pauta de reivindicações dos servidores da segurança pública do Estado, notadamente quanto à ausência de recomposição das perdas inflacionárias dos últimos quatro anos e o parcelamento dos salários há três anos e um mês, o que vem acarretando grave situação de endividamento de suas famílias, afetando inclusive a saúde desses profissionais.

nº 799/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência de convidados, para a qual seja convocado o Cap. PM Ricardo Rondinele Nunes Santos, para prestar esclarecimentos sobre as Comunicações Disciplinares nºs

10/2018 e 13/2018, e seus consequentes procedimentos administrativos, oriundas do 51º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Janaúba.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Bruno Engler.

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/3/2019**

Às 13h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Coronel Sandro (substituindo o deputado Osvaldo Lopes, por indicação da liderança do BLP) e Professor Wendel Mesquita (substituindo o deputado Raul Belém, por indicação da liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails*, encaminhados pelo Fale com as Comissões, dos Srs. Rogério Fernandes Caldeira relatando que a indústria e comércio de queijo Litza está jogando dejetos no Rio Ribeirão, prejudicando o fornecimento de água dos moradores de Ribeirinha e Jordania; e Vandeir de Oliveira Miranda, de Brumadinho, solicitando apoio comissão na liberação de documentação de loteamentos no município, fato que pode auxiliar na geração de empregos na cidade. A seguir, comunica o recebimento de ofícios do Sr. Germano Luiz Gomes Vieira, solicitando a indicação de novos membros para a Câmara Técnica Especializada de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas; e do deputado Hely Tarquínio, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, convidando essa comissão para audiência pública conjunta a realizar-se no dia 20 deste mês que debaterá os Projetos de Lei nºs 367 e 368/2019, em tramitação nesta Casa. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 322 e 350/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 622/2019, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada audiência pública para debater a atuação e os desafios enfrentados pelos comitês de bacias hidrográficas na gestão dos recursos hídricos do Estado, em consonância com a comemoração do Dia Mundial da Água, celebrado no dia 22 de março;

nº 748/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Vale pedido de providências para que promova a compensação pelos danos causados aos animais domésticos e silvestres nas regiões de rompimento da barragem em Brumadinho, nas regiões das barragens em risco de rompimento no Estado e nos municípios do Estado, atuando diretamente na questão que envolve a educação humanitária e ambiental, bem como na esterilização de cães e gatos, uma vez que já estão acontecendo ações para a reparação dos danos causados em outras áreas como cultura, turismo, saúde etc;

nº 765/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação atual das bacias hidrográficas de Minas Gerais, a proteção de nascentes de água, as regras para segurança das barragens de água no Estado, bem como o papel e a atuação do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – e da Agência Nacional de Águas – ANA – no Estado;

nº 767/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Fazenda pedido de informações sobre qual foi a arrecadação da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – nos últimos quatro anos; quanto do que foi arrecado por essa secretaria foi investido no meio ambiente propriamente dito; qual a folha de pagamento atual da Semad; e, considerando que a Lei nº 22.796, de 2017, no seu art. 64,

alterando o teor do art. 19 da Lei 19.976, de 2011, definiu que os recursos arrecadados relativos à Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários – TFRM – seriam destinados à Semad, ao IEF, à Feam e ao Igam, quanto dessa taxa foi arrecadado em 2018 e quanto desses recursos foi devidamente destinado aos referidos órgãos;

nº 768/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações consubstanciadas na estrutura das unidades de conservação estaduais, especificando quais possuem fonte de arrecadação própria, quais são essas fontes e quanto foi arrecadado nos últimos cinco anos nessas unidades;

nº 805/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja formulado voto de congratulações com as Sras. Luciana Imaculada de Paula, Andressa de Oliveira Lanchotti, Marta Alves Lacher e Giselle Ribeiro de Oliveira pelos trabalhos realizados representando o Ministério Público na força-tarefa que foi instituída para fazer frente à tragédia de Brumadinho;

nº 806/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que a Lei nº 23.291, de 2019, que institui a política estadual de segurança de barragens, seja regulamentada pelo Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam;

nº 807/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que haja prioridade, no âmbito do Estado, nas fiscalizações ambientais de barragens de Classe III – com maior potencial de dano.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 764/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – em Passos pedido de providências para que acompanhe as investigações do grave crime de maus-tratos cometido por um tenente da Polícia Militar e sua mãe contra sete cães e três gatos, o qual foi registrado em câmeras de monitoramento, exigindo a aplicação aos autores das sanções administrativas previstas no § 1º, inciso I, e no § 2º do art. 2º da Lei nº 22.231, de 2016, quando os maus-tratos geram a morte do animal, além da punição de ambos pelo crime de maus-tratos previsto no art. 32 da Lei Federal nº 9.605, de 1998.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de março de 2019.

Coronel Sandro, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/3/2019

Às 14h24min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Gustavo Mitre, Roberto Andrade e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* dos Srs. César Henrique Silveira, sugerindo uma visita dessa comissão ao trecho ferroviário de Santa Bárbara a Barão de Cocais, que se encontra desativado, e Reginaldo Jorge, sugerindo a criação de uma grande empresa ferroviária no Estado, a fim de gerar empregos e fomentar o turismo. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 676/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Poços de Caldas para debater a relevância da restauração das ferrovias desse município;

nº 749/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Roberto Andrade e Coronel Henrique, em que requerem seja realizada audiência pública para ouvir as propostas anunciadas pelo governo do Estado no tocante à implantação de um trem turístico ligando o Museu de Artes e Ofícios, na Praça da Estação de Belo Horizonte, ao centro de Inhotim, em Brumadinho;

nº 750/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Roberto Andrade e Coronel Henrique, em que requerem seja realizada visita ao Ministério de Infraestrutura – Departamento de Transportes Ferroviários – com a finalidade de discutir a priorização de trechos ferroviários no Estado;

nº 751/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Roberto Andrade e Coronel Henrique, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a priorização de trechos ferroviários no Estado com a participação da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres;

nº 811/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Roberto Andrade e Coronel Henrique, em que requerem seja encaminhado à Valor da Logística Integrada – VLI – pedido de providência com vistas a que seja autorizado o uso das linhas ociosas existentes na sua parte do complexo ferroviário do Bairro Horto, em Belo Horizonte, para o estacionamento provisório dos carros que serão trazidos de Santos Dumont e que serão reformados para uso em operações ferroviárias de cunho turístico e de cunho de mobilidade na região do Alto Paraopeba, ressaltando-se que essas operações ferroviárias são necessárias dentro do esforço para se criarem condições que minimizem os efeitos danosos do rompimento da barragem de rejeitos no Município de Brumadinho;

nº 812/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Roberto Andrade e Coronel Henrique, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil e à Polícia Militar nos Municípios de Barão de Cocais e Santa Bárbara pedido de providências com vistas a reprimir o furto de trilhos e a invasão da faixa de domínio em trechos ferroviários desativados entre essas localidades, esclarecendo-se que a Lei nº 23.230, de 4/1/2019, reconheceu como de relevante interesse cultural as linhas e os ramais ferroviários existentes no Estado, inclusive bens móveis e imóveis associados a linhas e ramais ferroviários operacionais ou não operacionais e seus remanescentes, em qualquer grau de conservação;

nº 813/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Roberto Andrade e Coronel Henrique, em que requerem seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – e à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pedido de providências com vistas a reprimir o furto de trilhos e invasão da faixa de domínio em trechos ferroviários desativados entre os Municípios de Barão de Cocais e Santa Bárbara, inclusive com projeto de instalação de arruamento público em Barão de Cocais em leito ferroviário, esclarecendo-se que a Lei nº 23.230, de 4/1/2019, reconheceu como de relevante interesse cultural as linhas e os ramais ferroviários existentes no Estado, inclusive bens móveis e imóveis associados a linhas e ramais ferroviários operacionais ou não operacionais e seus remanescentes, em qualquer grau de conservação;

nº 817/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Roberto Andrade e Coronel Henrique, em que requerem seja encaminhado à MRS Logística S.A. pedido de providências com vistas à retirada dos carros de passageiros atualmente estacionados no Município de Santos Dumont e sua condução até o complexo ferroviário do Bairro Horto, em Belo Horizonte, onde ficarão estacionados e serão reformados para seu uso em operações ferroviárias de cunho turístico e de mobilidade na região do Alto Paraopeba, bem como à revisão dos *trucks* desses carros e à eventual reparação de rolamentos e sistemas de freio, de forma que possam transitar em segurança até o Município de Belo Horizonte;

nº 818/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Roberto Andrade e Coronel Henrique, em que requerem seja realizada visita ao trecho ferroviário de Formiga e às respectivas estações ferroviárias do município, a fim de se fazer o reconhecimento de suas condições de preservação e de seu potencial turístico;

nº 819/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Roberto Andrade e Coronel Henrique, em que requerem seja realizada audiência pública para debater com a coordenadora do Comitê Gestor Pró-Brumadinho as compensações da Vale, em virtude do rompimento de barragem no Município de Brumadinho;

nº 821/2019, dos deputados João Leite, Gustavo Mitre, Roberto Andrade e Coronel Henrique, em que requerem seja realizada audiência pública para debater com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico o desenvolvimento do transporte ferroviário no Estado, incluindo-se o processo de renovação das concessões, as multas aplicadas às concessionárias e as compensações da Vale pelo ocorrido em Brumadinho.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2019.

João Leite, presidente – Gustavo Mitre – Coronel Henrique – Doutor Jean Freire.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/3/2019

Às 14h13min, comparece na Sala das Comissões o deputado Osvaldo Lopes, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Coronel Sandro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Osvaldo Lopes, declara aberta a reunião e suspende os trabalhos. Às 14h20min são reabertos os trabalhos e o presidente, deputado Coronel Sandro, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater a atuação e os desafios enfrentados pelos comitês de bacias hidrográficas na gestão dos recursos hídricos do Estado, em consonância com a comemoração do Dia Mundial da Água, celebrado no dia 22 de março. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Noraldino Junior, presidente da comissão, justificando sua ausência na reunião. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa o Ten.-Cel. PM Marcone do Rosário Pereira, comandante do Batalhão de Polícia Militar de Meio Ambiente, representando o comandante do Policiamento de Meio Ambiente da Polícia Militar de Minas Gerais; Srs. Thiago Figueiredo Santana, diretor de Planejamento e Regulação do Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam –, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad; Rodrigo Bicalho Polizzi, coordenador técnico de Regulação e Fiscalização da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG –, representando o diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG; Altino Rodrigues Neto, coordenador adjunto do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas; Tadeu José de Mendonça, vice-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa; Luiz Antônio Garcia, vice-prefeito de Mantena; Marcus Vinícius Polignano, coordenador-geral do Projeto Manuelzão; e Herculano Nunes Fonseca, vereador da Câmara Municipal de Galileia. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2019.

Noraldino Júnior, presidente – Raul Belém – Osvaldo Lopes.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/3/2019

Às 17h34min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência determina a suspensão da reunião por 10 minutos. Às 17h50min o presidente reabre os trabalhos. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Guilherme da Cunha, sobre o Projeto de Lei nº 367/2019, em 1º turno, que conclui pela pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para a reunião extraordinária no dia 26/3/2019, às 17 horas, para apreciar o Projeto de Lei nº 5.394/2018, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Guilherme da Cunha – Celise Laviola – Zé Reis – Ana Paula Siqueira – Charles Santos.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/3/2019

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, Cássio Soares, André Quintão e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Celise Laviola e o deputado Noraldino Júnior. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o fortalecimento dos conselhos municipais de meio ambiente por meio dos planos municipais de conservação e recuperação da mata atlântica. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 755/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ação truculenta da Polícia Militar de Minas Gerais e o uso de força desproporcional por essa corporação na manhã do dia 14/3/2019, no Município de Sarzedo, durante ato pacífico das mulheres que denunciavam os crimes da Vale em Brumadinho e reivindicavam justiça em relação ao assassinato da vereadora Marielle Franco;

nº 836/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos sociais, ambientais e econômicos da monocultura do eucalipto no Vale do Jequitinhonha;

nº 867/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para homenagear Dom Walmor Oliveira de Azevedo pelos 15 anos de serviços prestados como arcebispo da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Janaína Mendonça Pereira, analista ambiental do Instituto Estadual de Florestas – IEF; Mariana Gianiki, coordenadora técnica do movimento Fortalecendo os Conselhos Municipais de Meio Ambiente; Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad; Eduardo Machado de Faria Tavares, assessor político da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA –, representando o secretário dessa pasta; Mauro Guimarães Diniz, técnico responsável pelo Núcleo de Biodiversidade e Florestas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama – Superintendência

em Minas Gerais; Antônio Augusto Melo Malard, diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF; Licínio Eustáquio Xavier, assessor ambiental da Associação Mineira de Municípios – AMM; Alexandre Túlio Amaral Nascimento, professor da Universidade Estadual de Minas Gerais – Uemg –, representando a reitora dessa universidade; José Fernando Coura, prefeito de Delfim Moreira; Daniel Batista Sucupira, prefeito de Teófilo Otoni e presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Mucuri – Amuc; Guilherme M. de Castro, diretor de Meio Ambiente da Prefeitura de Governador Valadares; Danilo Vieira Júnior, secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Nova Lima. O presidente, deputado Doutor Jean Freire, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente – Leninha – Professor Cleiton.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/3/2019

Às 18h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Andréia de Jesus e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o direito à liberdade religiosa e o direito das religiões de matriz africana e a receber e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, defensora pública da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais – Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG; Mãe Rita, da Comissão de Mulheres do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais e Matriz Africana – Fonsanpotma; Lorena Borges, representante da Juventude de Terreiro; Makota Kindoialé, do Quilombo Manzo; Letícia Silva Palma, superintendente de Participação e Diálogos Sociais; Célia Xakriabá, doutoranda em antropologia e assessora do mandato Gabinete; Makota Célia Gonçalves, coordenadora-geral do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira – Cenarab; Tânia Cristina Silva de Oliveira, diretora de Políticas para a Igualdade Racial de Belo Horizonte – DPIR; e Andrea Rodrigues Barroso, da Casa de Candomblé Ilê Asé Omi Ogumsade; e os Srs. Thiago Augusto Campos Horta, subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Diego de Oliveira Silva, defensor-chefe da Defensoria Pública da União; Ricardo de Moura, presidente da Associação Resistência Cultural Afro-brasileira Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente; Paulo Afonso Moreira, diretor jurídico do Cenarab, e da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, representando o presidente dessa comissão; Patrick de Oliveira Silva, Babalawo Ifayomi Adelona Sango, psicólogo e especialista em estudos africanos; e Gilberto da Silva Pereira, presidente da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais. A presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de março de 2019.

Leninha, presidente – Betão.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/3/2019

Às 10h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Dia Nacional do Circo. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Mariana Rezende Guimarães, analista da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região do Ministério Público do Trabalho no Estado, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.621/2018, publicado no *Diário do Legislativo* em 28/02/2019. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Sula Kyriacos Mavrudis, diretora do Departamento de Circo do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais – Sated-MG; Débora Raíza Rocha, gerente de Patrimônio Cultural e Material do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha –, representando o presidente desse instituto; Maria Magdalena Rodrigues da Silva, presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais – Sated-MG; e os Srs. Felipe Rodrigues Amado Leite, superintendente de Fomento e Incentivo à Cultura da Secretaria de Estado de Cultura, representando o secretário dessa pasta; e João Batista Miguel, ex-secretário adjunto da Secretaria de Estado de Cultura. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Registra-se a presença do deputado Doutor Jean Freire. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de março de 2019.

Bosco, presidente – Professor Wendel Mesquita – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/3/2019

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha e Andréia de Jesus e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado André Quintão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos e prejuízos para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável para os setores mais vulneráveis da sociedade brasileira, tendo em vista a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea – por meio da Medida Provisória nº 870, de 2019, do governo federal, assim como a estrutura, competências e vinculação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Consea-MG –, da Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais – Caisans-MG – e a execução e controle social das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional sustentável do Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ana Cristina Alvarenga, membro da Articulação das Mulheres do Campo; Gabriela Gervason, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese; Fabrícia Ferraz, assessora técnica da Secretaria de Agricultura; Joaquina Júlia Martins, assessora técnica do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG; Laureci Alves de Paula, presidente do Conselho de Segurança Alimentar de Belo Horizonte; e os Srs. Éldio Bonomo, presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG; Edmar Guariento Gadelha, membro

do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Janaína Reis do Nascimento, subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, representando a secretária dessa pasta; Amarildo José Brumano Kalil, secretário adjunto da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa. A presidenta, deputada Leninha, na condição de coautora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra às demais coautoras, as deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2019.

Andréia de Jesus, presidente – Coronel Sandro.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/3/2019

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Andréia de Jesus e o deputado Coronel Sandro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a Reforma Administrativa – Projetos de Lei nºs 367 e 368/2019 – no que toca à manutenção e à promoção das políticas envolvendo direitos humanos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese; Júnia Roman Carvalho, defensora pública da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; Letícia Silva Palma, superintendente de Prevenção e Mediação de Conflitos da Subsecretaria de Participação Social da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Cida Falabella, vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Angela Maria da Silva Gomes, diretora do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro Minas; Diva Moreira, diretora do Instituto Pauline; Larissa Amorim Borges, ex-subsecretária de Políticas Públicas para Mulheres; Yone Maria Gonzaga, pesquisadora da UFMG; e Andréa do Socorro Luiz, diretora de Inclusão de Mulheres da Superintendência de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres; e os Srs. Edson Luis de Almeida Teles, professor do curso de filosofia da Universidade Federal de São Paulo; Eni Karajá, antropólogo; Otavio Kaxixó, estudante de medicina da UFMG; José Francisco da Silva, gestor das Políticas Públicas de Direitos Humanos; e Bernardo Novais da Mata Machado, pesquisador da Fundação João Pinheiro. A presidenta, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Neste momento, comparecem à reunião o deputado Bruno Engler, membro da comissão, e o deputado Bartô. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/4/2019, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 317/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, Gustavo Mitre, Professor Wendel Mesquita e Raul Belém, 390/2019, do deputado Bosco, 436/2019, do deputado Sargento Rodrigues, 438 e 441/2019, do deputado Elismar Prado, 444 e 445/2019, do deputado Raul Belém, 455/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, e 483/2019, do deputado Bruno Engler; de receber, discutir e votar proposições da comissão; e de, em audiência pública, debater a implementação de escolas cívico-militares no Estado, sob a perspectiva da atuação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, diante dos excelentes resultados obtidos pelos colégios militares já existentes no Estado, e os impactos dessa parceria na segurança pública.

Sala das Comissões, 29 de março de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Gustavo Mitre e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/4/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência pública, debater com a coordenadora do Comitê Gestor Pró-Brumadinho as compensações da Vale, em virtude do rompimento de barragem no Município de Brumadinho; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2019.

João Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Desenvolvimento Econômico**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Glaycon Franco, Professor Irineu e Virgílio Guimarães, membros dessa comissão, para a visita a ser realizada em 3/4/2019, às 12 horas, em Belo Horizonte – Rodovia Papa João Paulo II, 4001, 8º andar do Edifício Gerais – Cidade Administrativa, Serra Verde – 31.630-901 – Belo Horizonte, com a finalidade de visita à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e à Secretaria de Estado de Turismo, para conhecer o planejamento da pasta em relação à economia mineira para os próximos anos..

Sala das Comissões, 29 de março de 2019.

Thiago Cota, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Gustavo Mitre e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/4/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a

finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a priorização de trechos ferroviários no Estado com a participação da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2019.

João Leite, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 25/3/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Andresa Oliveira Santos Resende, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite;

exonerando, a partir de 1º/4/2019, Angela Márcia de Andrade Ribeiro, padrão VL-54, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Guilherme;

exonerando, a partir de 1º/4/2019, Clara Moreira Maranhã, padrão VL-30, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

exonerando, a partir de 1º/4/2019, Joaquim Procópio de Mesquita, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Tem História;

exonerando, a partir de 1º/4/2019, Maria Imaculada Dutra Dornelas, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Braulio Braz;

exonerando, a partir de 1º/4/2019, Maria Luiza Nonato Martins, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Tem História;

exonerando Tiago Lemes da Silva, padrão VL-25, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar de Oliveira;

exonerando Vinícius Faria de Oliveira, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Andresa Oliveira Santos Resende, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Cândida Maria Silva Ferreira, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Carlos Roberto do Couto, padrão VL-43, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;

nomeando Clara Moreira Maranhã, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Direitos Humanos;

nomeando Edina da Silva Lapa, padrão VL-11, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

nomeando Edwaldo Sérgio dos Anjos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Gilcelio Silva Lemes, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Gildazio Alves dos Santos, padrão VL-30, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Leninha;

nomeando Glauca da Silva Araújo, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa;

nomeando Henriete Maristane Pinheiro Barbosa, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;

nomeando Maria de Fátima Medeiros, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Olivia Maria Batista Barbosa, padrão VL-32, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Leite;

nomeando Patrício Maria Maia, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

nomeando Paulo Batista do Espírito Santo, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;

nomeando Ronaldo Araujo Meira, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;

nomeando Sandrine Marie Gonçalves Pujol Carone, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Thaysla Caroline Lebron da Cunha, padrão VL-19, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues;

nomeando Yara Martins Simões, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Reis.

TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

O diretor-geral da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em observância ao disposto na Política de Eliminação de Documentos e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da Assembleia Legislativa, aprovadas por meio da Deliberação da Mesa nº 2.663, de 16 de agosto de 2017, faz saber a quem possa interessar que, no dia 19 de março de 2019, foram concluídos os processos de eliminação de documentos a que se referem os editais de números 1/2018, 2/2018 e 3/2018, publicados no *Diário do Legislativo* de 2/11/2018, 15/11/2018 e 1/12/2018, respectivamente.

Belo Horizonte, 29 de março de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/3/2019, na pág. 64, onde se lê:

“Valéria Antunes Correa, padrão VL-36”, leia-se:

“Valéria Antunes Correa, padrão VL-23”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/3/2019, na pág. 31, onde se lê:

“Ariolene Flacador de Assis”, leia-se:

“Ariolene Feacador de Assis”.

E, na pág. 32, onde se lê:

“Marcus Tulio do Amaral Pereira”, leia-se:

“Marcius Tulio do Amaral Pereira”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/3/2019, na pág. 36, onde se lê:

“Edson de Souza Mendonça Junior”, leia-se:

“Edson de Sousa Mendonça Junior”.

E, na pág. 37, onde se lê:

“Luiz Gustavo D'Avila Riani”, leia-se:

“Luis Gustavo D'Avila Riani”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/3/2019, na pág. 43, onde se lê:

“Luiz Filippe Martins do Campos”, leia-se:

“Luiz Filippe Martins de Campos”.